

ANC - CPEC
X

Ass Const

Comissão encerra seus trabalhos na 4.^a feira; custo foi de Cz\$ 5 milhões

Da Sucursal de Brasília

Depois de 102 dias de reunião, mais de 1.500 votações acompanhadas de muita discussão, a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais encerra seu trabalho, na próxima quarta-feira, em Brasília. O texto final das propostas ao Congresso constituinte será apreciado pelos membros da Comissão que o entregarão, no dia seguinte, ao presidente José Sarney.



Segundo o secretário-executivo, Mauro Santayana, 53, a manutenção da Comissão custou ao governo pouco mais de Cz\$ 5 milhões, o que foi gasto em passagens e hospedagens. Santayana passou a gerir os trabalhos administrativos da Comissão depois que seu presidente, Afonso Arinos, extinguiu a Secretaria Geral, ocupada por Ney Prado, da Escola Superior de Guerra, com quem a Comissão rompeu na semana passada.

A atitude da Comissão foi motivada pela divulgação, por Ney Prado, da redação preliminar do esboço. Prado escrevera também um artigo criticando a Comissão. Mas esse não foi o primeiro fator de conflito. Há alguns meses, Prado confiscou as fitas

gravadas das reuniões que, até há poucos dias, ninguém sabia onde se encontravam. A Comissão foi obrigada a se valer de gravações feitas pelo professor Cândido Mendes para reconstituir as fitas em poder de Prado. Neste momento, porém, todas as fitas encontram-se com a Comissão e a redação dos 464 artigos do texto está sendo revista pelo filólogo Celso Cunha.

Se a proposta da Comissão for aceita pelo Congresso constituinte, pelo menos em seu teor, o Brasil terá na sua próxima Constituição um sensível espírito nacionalista e econômico, com os direitos individuais do cidadão bastante ampliados. Segundo Santayana, a proposta "tem o que o povo nos pediu". Ele acusou o recebimento de 8.968 cartas-sugestões encaminhadas para o debate dos comitês temáticos.

Pela proposta da Comissão, o Brasil teria o "dualismo de complementariedade", sistema que mistura presidencialismo e parlamentarismo — com um presidente e um primeiro-ministro. O mandato do presidente seria mantido em seis anos, como a atual Constituição, e todas as eleições para cargos do Executivo — prefeito, governador e presidente — seriam em dois turnos.

Só será considerada nacional a

Mais notícias
a partir da
página 63

empresa que, além dos requisitos atuais, tiver seu centro de decisão no Brasil. As multinacionais teriam de divulgar quanto e por que estão remetendo dinheiro para o exterior. Por uma disposição transitória, os encargos da dívida externa brasileira não poderão exceder, anualmente, a 3% do saldo devedor. O foro jurídico para quaisquer discussões sobre a dívida passa a ser Brasília.

No país idealizado pela Comissão, as Forças Armadas só intervirão internamente por determinação dos poderes constitucionais. O serviço militar permaneceria obrigatório, mas qualquer cidadão "por razões de consciência" poderia se abster de pegar em armas em tempos de paz.

O diploma passa a ser dispensado para o exercício das profissões de cunho intelectual e todo o cidadão passa a ter o direito de publicar e divulgar as suas idéias sem qualquer tipo de restrição oficial. Deixam de ser penhoráveis a casa e a terra do pequeno produtor.